

MEMÓRIA: RELATOS DE UMA PROFESSORA DE PORTUGUÊS

Maria Raquel A. C. GALAN ¹

(Universidade Federal de Tocantins)

RESUMO: O objetivo desse trabalho é relatar fatos relacionados à minha experiência como professora de Língua Portuguesa no Oeste do Paraná. A minha memória percorrerá o período de 1982 a 1987, época em que uma proposta de ensino de língua materna, resultado do trabalho conjunto ASSOESTE/UNICAMP, procurou intervir no trabalho tradicional que se praticava em sala. Lembraremos ações que resultaram do projeto “O texto na sala de aula”, as quais, iniciadas no Oeste, atingiram todo o Paraná. A recuperação da história possibilita que se registrem acontecimentos de uma época, e a reflexão sobre a experiência passada torna possível uma análise lúcida do presente na perspectiva da construção de ações futuras mais conscientes e mais produtivas.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; Ensino; Projeto “O texto na sala de aula”.

MEMORY: REPORTS FROM A PORTUGUESE PROFESSOR

ABSTRACT: The purpose of this paper is to describe facts related to my experience as Portuguese Professor in the West of Paraná. My memory from 1982 to 1987 is marked by a proposal of mother language teaching that is the resulted of the work of ASSOESTE/UNICAMP which tried to interfere in the traditional work of the classroom. We are going to remember actions that resulted into ‘The text in the classroom’ project that took place in the West, and after that all Paraná. The history recuperation enables the event registers, and the reflection about the past experience makes it possible a present clear analysis from the perspective of the building of more conscious and productive future actions.

KEYWORDS: Portuguese Language; Teaching; “The text in the classroom” Project.

1 INTRODUÇÃO

Recordar experiências e registrá-las é uma forma de se poder, ao pensar o passado, analisar o que está acontecendo no presente para planejar ações futuras, na busca incessante de atuar na realidade para mudá-la para melhor, se for o caso. O memorial, portanto, não é somente um ponto de vista individual, ou individualista, sobre os fatos. É, isso sim, um momento em que, pela reflexão, pela retomada de nós mesmos, procuramos nos conhecer, reconhecendo a nossa identidade. Ao retomar fatos, marcamos a nossa presença na história que ajudamos a construir, ao mesmo tempo em que desvendamos acontecimentos importantes de uma determinada época.

¹ Docente da Universidade Federal do Tocantins - Fundação Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS).
E-mail: maracolan@yahoo.com.

O objetivo deste artigo vai ao encontro do tema da mesa-redonda "Ensino de língua portuguesa: retrospectivas, panoramas e desafios". Como participante ativa de um movimento que procurava alterar o modo como atuávamos no ensino de Língua Portuguesa e o modo como concebíamos a aprendizagem dos alunos, vou relembrar histórias da minha vida profissional, que me transformaram e que foram um marco para a mudança no ensino de Língua Portuguesa na região Oeste do Paraná. Sem medo de errar, posso afirmar que foram um marco para a mudança na visão do ensino de Português no Brasil, basta ver os PCNs.

2 A MINHA HISTÓRIA SÃO VÁRIAS

Início da década de oitenta. Há 14 anos como professora de Português, entre 1982 e 1984 eu estava diretora do Colégio Polivalente de Cascavel. Fora da sala de aula, acompanhava uma movimentação dos professores da minha área no Colégio. Discutiam uma nova proposta de trabalho, sob a orientação da professora Jeni Capeletto Dalla Valle. Curiosa, e com muita saudade da sala de aula, assistia a algumas reuniões, mas não conseguia acompanhar a discussão das teorias: variedades da língua, língua padrão, preconceito linguístico, críticas à gramática; comecei a ouvir que era “tradicional”, quase como um xingamento. Comecei a ficar incomodada por não estar participando de algo que estava ocorrendo no ensino de Português e que eu não sabia onde, como, nem por quê. Formada em Letras em 1970, pela Faculdade de Jacarezinho, Norte do Paraná, eu nunca tinha ouvido nada sobre Linguística. Minha formação era pautada na gramática tradicional, que eu dominava de cor e salteado, inclusive com os exemplos todos e, justamente por isso, sem falsa modéstia, os alunos me consideravam uma excelente professora.

Em 1982, a professora Jeni havia participado de um curso de Especialização, em nível de Pós-graduação em Linguística, oferecido pela Fecivel, “para professores das Faculdades Regionais e outros professores de 1º e 2º graus, dentro das possibilidades permitidas pela limitação de vagas, com Mestres e Doutores do Instituto de Estudos Linguísticos da UNICAMP”, conforme afirma um texto publicado em um jornal.

Assim, já em 1983, alguns dos professores que participaram desse curso começaram a divulgar uma nova proposta a seus colegas nas escolas, com fundamento nas teorias a que tiveram acesso. E começaram os conflitos. Lembremos que os professores considerados bons ou ótimos eram defensores ferrenhos do ensino da gramática tradicional, de cuja verdade não duvidávamos.

Chegou 1984. A ASSOESTE (Associação Educacional do Oeste do Paraná), prosseguindo o trabalho iniciado com o curso de Especialização, ofereceu um curso de atualização em Língua Portuguesa, que foi ministrado em dois momentos, sob o comando do grupo de professores da UNICAMP.

No projeto do curso, consta que o objetivo geral é “realizar um curso de aperfeiçoamento para professores de 5ª a 8ª séries da região, visando, basicamente, a introdução de nova metodologia de ensino da Língua Portuguesa, envolvendo uma nova postura do professor em relação à linguagem”. A meta do curso era “atender a, aproximadamente, 320 professores, de 5ª a 8ª séries, de Língua Portuguesa, dos 34 municípios da região Oeste e Sudoeste”.

O primeiro momento atendeu a seis turmas de professores das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Medianeira e Toledo. O segundo momento atingiu as cidades de Capanema, Capitão Leônidas Marques, Nova Aurora, Assis Chateaubriand, Palotina e Marechal Cândido Rondon. O curso foi pensado, em princípio, de forma que cada turma contaria com dois orientadores: um seria professor da UNICAMP, e o outro, um dos professores que havia feito a Especialização. Em um dos documentos, encontrei a seguinte informação:

Primeiro momento, realizado de 18 a 22 de setembro de 1984:

Toledo: professores orientadores João Wanderley Geraldi
Celso Hoffman
Cascavel: professores orientadores Raquel Salek Fiad
Jeni Capeletto Dalla Valle
Denise Bertoli Braga
Maria Tereza de Abreu Figueiredo
Medianeira: professores orientadores Hiram Ramos de Oliveira
Maria Raimunda Tenffen
Maria Nilma Goes da Fonseca
Ilze Barttiel Ronconi
Foz do Iguaçu: professores orientadores Sírio Possenti
Hilda Roratto Maciel

Segundo momento, realizado de 22 a 26 de outubro de 1984²:

Capanema: professores orientadores Iara Benquerer Costa
Maria Raimunda Tenffen
Capitão Leônidas Marques: professores orientadores Hiram Ramos de Oliveira
Ivo

² As informações sobre local e nome dos professores dos cursos de atualização foram retiradas de documento da ASSOESTE – Associação Educacional do Oeste do Paraná – e alguns sobrenomes não constavam nesse documento.

Nova Aurora: professores orientadores Lilian Lopes da Silva
Emma Gnoatto
Assis Chateaubriand: professores orientadores Raquel Salek Fiad
Bertolino Tenffen
Palotina: professores orientadores João Wanderley Geraldi
Flávia
Marechal Cândido Rondon: professores orientadores Sírio Possenti
Milano

Logo depois do primeiro curso, começaram os zum-zuns nas escolas. Eu ouvia: “A fulana achou o curso uma loucura. Ela não concorda, de jeito nenhum, com o que foi dito”. “Agora, pelo jeito, tudo está certo, não tem mais erro”. “Eu concordo com o que foi dito, mas não sei como que eu vou mudar”. “Que confusão!”. “Diz que não é mais para ensinar gramática”. “Eu nunca gostei de gramática mesmo”.

Como eu estava na função de diretora, não participava dos encontros, não ficava sabendo dos cursos. Enfim, estava “por fora”.

Para culminar, no dia 25 de setembro, portanto imediatamente após o primeiro curso, uma professora de Cascavel publica, em um jornal, críticas à proposta de ensino apresentada. Essas críticas foram rebatidas, no mesmo jornal, pela professora Denise Bertoli Braga, da Unicamp, que explicou, em linhas gerais, qual o sentido da proposição. Mas não parou por aí. No dia 5 de outubro, outra professora retoma a discussão e publica um texto sob o título “Curso de “Portugueses”, em que se solidariza com a primeira professora e chama a proposta de “absurda”.

E a discussão chega à mídia. Os diz-que-me-disse continuam, e eu sem poder tomar partido. Cada vez mais curiosa, eis que fico sabendo da oferta de um segundo momento do criticado curso, em outras cidades da região. Busco saber informações. Eu não vou perder de jeito nenhum. Tenho de saber, por mim mesma, o motivo de tanta polêmica.

E foi por essa época que tomei conhecimento do professor João Wanderley Geraldi. Era ele o responsável principal por toda aquela “briga”. Evidentemente, escolhi a cidade de Palotina para me atualizar, porque o orientador seria o próprio. Não queria intermediários, precisava ouvir de primeira mão o que se estava propondo para o ensino de Português³.

Hospedei-me na casa de uma conhecida e, cheia de expectativa, fui para o curso.

³ Coincidentemente, estamos na semana em que completo 25 anos do meu primeiro contato com Geraldi e com “O texto na sala de aula”. O curso de atualização ocorreu de 22 a 26 de outubro de 1984 e este evento ocorre de 21 a 23 de outubro de 2009.

No primeiro dia, recebemos o material que incluía o livro “O texto na sala de aula”, publicado pela ASSOESTE. Nesse livro, organizado por Geraldini e com vários artigos sobre a linguagem, ele apresentou uma proposta de ensino da língua, que se sustentava em três práticas: prática de leitura de textos, prática de produção de textos e prática de análise linguística.

Mas, antes de conhecermos a proposta, Geraldini nos orientou para a leitura dos outros artigos, os quais nos dariam base para a sua compreensão. Todos os textos deram uma visão diferente do meu trabalho. Não sabia daquelas teorias, daquelas concepções. E li sobre Linguística e ensino, gramática e política, concepções de linguagem, variedade linguística, leitura, escrita, avaliação. Essa fundamentação teórica inicial foi importantíssima para a minha mudança na forma de enxergar o ensino e a aprendizagem da língua e, principalmente, para a continuação dos meus estudos. E um dos artigos de que não me esqueço, que já estava logo no início do “livrinho”, no sentido carinhoso da palavra, foi o texto “As sete pragas do ensino de português”, de Carlos Alberto Faraco, professor da Universidade Federal do Paraná.

Nesse artigo, Faraco, já de início, chama, agressivamente, de “praga” muito do que eu fazia em sala. Descreve cada uma delas e apresenta a sua consequência negativa para o ensino e a aprendizagem. “Chatos”, “tortura”, “confusão”, “inúteis”, “inadequadas” foram as palavras utilizadas para caracterizar as atividades com que trabalhávamos à época.

Sem exagero, lia e ouvia tudo atordoada e me perguntando por que eu não tinha conseguido enxergar pelo menos um pouco daquilo, já que estava tão decepcionada com os resultados do meu trabalho?

Por final, estudamos e discutimos a proposta, com a qual já concordei em todos os aspectos.

E retornamos, eu ainda diretora.

Quando chegamos à escola na segunda-feira, outra novidade. A discussão na mídia não havia terminado. No dia 25 de outubro, enquanto estávamos em curso, o Jornal “O Paraná”, de Cascavel, publicou na página “Opinião” outro artigo da professora Denise. Sob o título “Desinformação e preconceito”, que já mostra em que pé estava a discussão, a professora Denise Bertoli Braga reafirma a finalidade do curso:

Este curso constitui-se em uma proposta metodológica para o ensino de língua portuguesa, de 5ª a 8ª série, em que deixamos claro que defendemos o ensino da língua padrão sem, no entanto, desprestigiar a variedade linguística que o aluno domina.

E continua:

A professora acusa a proposta de absurda, mas não fundamenta esta acusação com conceitos teóricos sobre linguagem e educação. Suas colocações demonstram, acima de tudo, um desconhecimento de como se efetua um debate acadêmico, no qual cabe ao debatedor explicitar a sua postura teórica e não apenas centrar suas afirmações em questões pessoais que nada acrescentam tanto a comunidade acadêmica quanto ao desenvolvimento do nível qualitativo do ensino ministrado nas escolas de 1º grau.

Creio que grande parte das interpretações errôneas geradas por este curso poderiam ser evitadas se as professoras fulana e beltrana tivessem um maior contato com a literatura mais recente que trata da relação entre ciência da linguagem e ensino de língua. Este conhecimento certamente evitaria atitudes preconceituosas e rígidas sobre dialetos e seus estilos. A ausência de preconceito é o mínimo que se espera de um professor que se proponha a ser de fato educador.

Como se esperava, aqui se encerrou a discussão pela mídia. E eu, consciente dos fatos, já podia me posicionar.

No início do ano letivo de 1985, eu voltei para a sala de aula com o firme propósito de mudança. Ia fazer de tudo para mudar a minha metodologia. O grupo de professores engajados em uma nova proposta tinha aumentado e a primeira providência foi abandonar o livro didático, ao qual víamos agora como uma “muleta” do professor, que não o dirigia, mas era dirigido por ele. Mas estávamos inseguros (eu estava insegura), não sabíamos como agir depois de tantos anos vivendo o modo tradicional de ensino. E o ensino da gramática era o que mais me angustiava. Para mim, as práticas de leitura e de produção escrita de texto pareciam não ser problema. E a tal de análise linguística? Será que daria resultado trabalhar a gramática somente a partir dos textos dos alunos ou dos problemas que eles apresentassem? E como se faz isso?

Fazíamos reuniões, discutíamos e, para solucionar um dos problemas, devido ao abandono do livro didático, organizamos uma coletânea de textos para estudo com os alunos e leitura em sala. Não tínhamos tempo para escolher textos variados e a escola não tinha condições de oferecê-los. Essa coletânea, reunida em um livro que recebeu o nome de “Textos em debate”, teve como organizadora a professora Jeni Capeletto Dalla Valle e contou com a colaboração de professores de várias escolas de Cascavel.

Era projeto da ASSOESTE que a UNICAMP desse continuidade ao trabalho desenvolvido com os professores da região, a fim de que ele se consolidasse. E nós, professores, precisávamos de outros encontros que nos incentivassem ao estudo.

A essa altura, já estavam envolvidos no projeto, além da Assoeste, os Núcleos Regionais de Educação, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED - e o Centro de Treinamento de Pessoal do Paraná - CETEPAR.

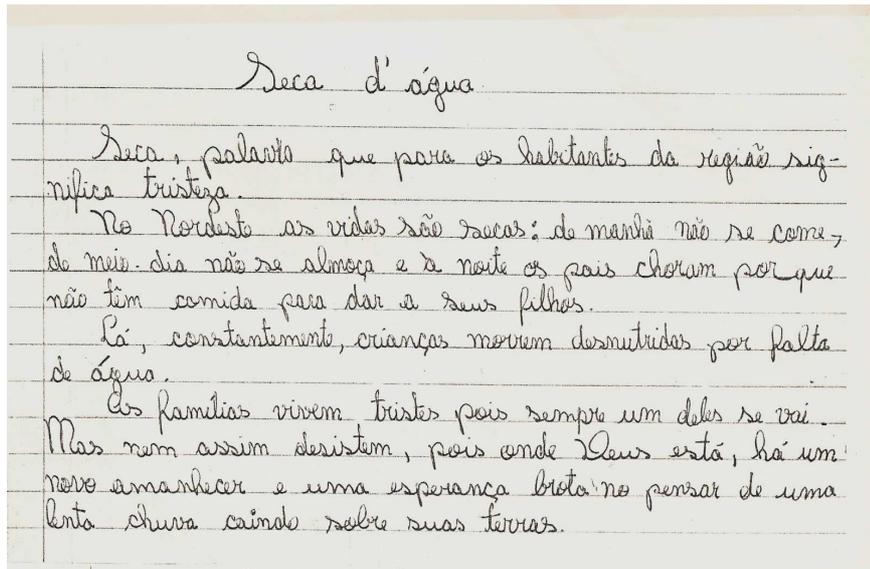
Em 1985, aconteceu o I Seminário Regional de Língua Portuguesa, que foi realizado de 29 a 31 de julho, no Centro Diocesano de Formação de Cascavel. Um dos documentos que encontrei na ASSOESTE dizia: “O programa do Seminário consistirá no relato de experiências de diferentes grupos – análise de textos de alunos para dirimir dúvidas quanto aos aspectos metodológicos da análise linguística e gramatical”. Esse programa vinha ao encontro das minhas dúvidas.

Para esse Seminário, vieram da Unicamp os professores João Wanderley Geraldi, Lilian Lopes da Silva e Raquel Salek Fiad. A fim de que se pudesse praticar a análise linguística, os professores da Unicamp, por intermédio da ASSOESTE, solicitaram a todos os professores inscritos que enviassem previamente textos dos seus alunos. Eu enviei vários.

E nesse evento aconteceu outro fato marcante na minha vida profissional. O professor Geraldi, no momento da atividade de análise linguística do texto do aluno, acredito que já tendo lido previamente alguns, escolhia um para ser analisado. Não havia o nome do professor nos textos, pelo menos o meu nome não constava. E não é que o texto de um dos meus alunos foi escolhido? Estávamos em um salão enorme, todos juntos, aproximadamente 200 professores do Oeste e do Sudoeste do Paraná. Quando um trabalho de um aluno seu é escolhido para ser analisado diante de tanta gente, parece que é você que está ali, nuazinha. Foi essa a sensação que eu tive. Não esbocei nenhuma reação. Fiquei como se não tivesse nada com aquele texto.

Quando vi qual texto era, pensei “o que será que o Wanderley vai ver nele?”. Eu não tinha tido trabalho algum para corrigi-lo. O texto, apesar de curtinho, estava bem escrito, na minha opinião. O texto é este⁴:

⁴ Esse texto surgiu de uma discussão sobre a seca no Nordeste, depois de uma reportagem apresentada pela TV Globo em que crianças tinham como único brinquedo ossos de animais. O título repete o título de uma música que estava em evidência à época.



Lembro-me de que, em um pacote de, aproximadamente, 35 redações da 8ª série, quando comecei a ler essa, tive o impulso de escrever ao lado de “região”, “que região”? Mas, como o olho corre mais rápido, percebi que o aluno tinha empregado a catáfora: o referente antecedendo o referido. E que isso havia sido muito bem feito: o nome “região” é retomado pela expressão “no Nordeste”, que, por sua vez, é retomada pelo advérbio “lá”. Estruturalmente o texto está bem articulado. Apresenta coesão. Não há problema de ortografia nem de pontuação. O conteúdo é emotivo, chegando a ser poético, ao final. Enfim, qual problema seria levantado por Geraldi?

E ele fala mais ou menos assim: “O professor não poderia nunca deixar passar uma questão presente neste texto. A ideologia manifesta no último parágrafo tem de ser discutida na sala com todos os alunos. O que temos neste discurso? A ideologia da submissão, da passividade, da falta de ação, do apelo à religião para solucionar problemas de responsabilidade do homem. Essa é uma atitude típica da Idade Média e, sempre que aparecerem questões dessa natureza nos textos dos alunos ou em outros lidos na sala, o professor tem a obrigação de explicá-las, de debatê-las. A ideologia dos discursos tem de ser desvelada para que nosso aluno saia da ingenuidade e consiga perceber a realidade criticamente...”.

Eu nunca teria feito essa leitura. Nunca teria conseguido enxergar o que Geraldi explicou, apesar de ter entendido tudo o que falou e de concordar com ele. E me perguntei “como ele consegue fazer essa interpretação?”.

A minha formação permitia que eu corrigisse o explícito no texto, a sua superfície: ortografia, concordância, regência, colocação, pontuação, mau emprego de palavras. Até

mesmo a coesão que eu consegui ver no texto do aluno era conhecimento recente. Pela primeira vez ouvia falar de ideologia no discurso, do poder da e na linguagem, informações implícitas no texto. Eu, realmente, teria muito que ler, que aprender. Se quisesse mudar como professora de Português, teria de voltar a estudar.

Temos de registrar que essa mobilização toda em busca de transformação no ensino só estava sendo possível porque vivíamos a época da abertura política. José Richa tinha sido eleito, em 1982, governador do Paraná, depois de onze anos e de sete governadores eleitos indiretamente. Esse fato provocou uma mudança histórica no poder estadual, e a educação paranaense foi uma das áreas que aproveitou o espaço democrático que começava a se abrir.

Durante o segundo semestre de 1985, continuamos nossas reuniões e formamos grupos de estudos. Sentíamos que a relação com os alunos era outra. No meu caso, aquele conceito que exigia que eu soubesse particularidades e exotismos da língua, para ser considerada boa professora, havia acabado. Entendi que ensinar Português era muito mais do que decorar regras. Foi muito bom para mim, e melhor ainda para os alunos, que se viram mais envolvidos nas aulas, em especial nas de leitura de texto longo, que praticávamos toda semana, em duas horas-aula. Esse também era o sentimento dos outros professores.

Em 1986, outro curso é oferecido aos professores. Acontece de 21 a 25 de julho e adota uma nova maneira de execução. O professor Geraldi coordena o curso e se responsabiliza pela parte teórica, enquanto outros seis docentes regionais trabalham em pequenos grupos com a parte prática, trocando experiências. Eu fazia parte do grupo de docente.

No relatório avaliativo do evento, a assessora pedagógica da ASSOESTE Emma Gnoatto Pacheco registrou depoimentos de alguns professores:

O que eu aprendi foi que tínhamos que nos preparar, trabalhar dentro da realidade do aluno, mas me questionava muito, como? E nunca encontrava as respostas para estas indagações. E este curso veio ao encontro das minhas preocupações, dando-me uma nova visão de que o professor, antes de tudo, deve modificar-se, libertar-se daquele ensino tradicional e partir para essa proposta que achei muito válida e que, na prática, o professor deverá ser criativo, perceptivo e compreensivo com seu aluno.

A proposta de vocês, a meu ver, é viável e devemos tentar, em nossas escolas, essa inovação. Talvez não aplicá-la em sua totalidade, mas aproveitar aquilo que leva à verdadeira aprendizagem. Senti que nosso aluno sabe pouco ou quase nada por causa de nós mesmos que somos uns gramatiqueros (somente) inveterados.

[...] vejo a necessidade de um treinamento maior em análise linguística; quem sabe um novo curso, em que víssemos somente essa parte em específico, seria proveitoso.

O importante é a nossa postura política diante da proposta, e isso ficou bem claro.

Essa última fala retrata o que está de verdade no cerne da proposta e que parece ter sido compreendido. Fica também registrado no relatório que, “por parte dos docentes, há uma solicitação muito grande para que haja, na região, um Curso de Especialização na área, em nível de Pós-graduação.” Solicitação atendida em 1987.

Mas antes, tivemos outro seminário. Foi realizado, de 14 a 16 de outubro de 1986, o “II Seminário Regional de Língua Portuguesa para Professores de 5ª a 8ª séries e 2º grau”. O trabalho no Oeste do Paraná estava se ampliando e atingiu outro Estado. Desse Seminário, participou uma professora da Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul, Norma Shirakura, que tinha interesse por levar a proposta para seu Estado. É oportuno lembrar que o trabalho de Geraldi, em 1981, já era conhecido em Aracaju, Sergipe, onde um grupo de professores procurava atuar com uma nova perspectiva.

Além de Geraldi, participou desse evento a professora Raquel Salek Fiad. Como Geraldi achou que o modo como foram divididos os trabalhos no último encontro tinha dado bom resultado, por sua sugestão é utilizada a mesma estratégia de execução. De manhã, ocorreram palestras sobre Gramática e Ensino e, à tarde, em grupos, sob a coordenação de docentes regionais, foram realizados trabalhos práticos de análise linguística, utilizando textos produzidos por alunos.

No relatório avaliativo do seminário, a assessora pedagógica da ASSOESTE anota:

Foi geral o depoimento dos coordenadores de que os professores tiveram um avanço muito grande em relação à proposta em que trabalham. É unânime também o depoimento dos professores que aplicam, e com êxito, as duas primeiras práticas: Leitura de textos curtos e longos e Produção de textos. Quanto à terceira prática – Análise Linguística – era muito pouco trabalhada, trabalhavam sim, mas de forma diferente, não havia a reflexão sobre o que era feito [...] e sim [era dada] a gramática pela gramática [...].

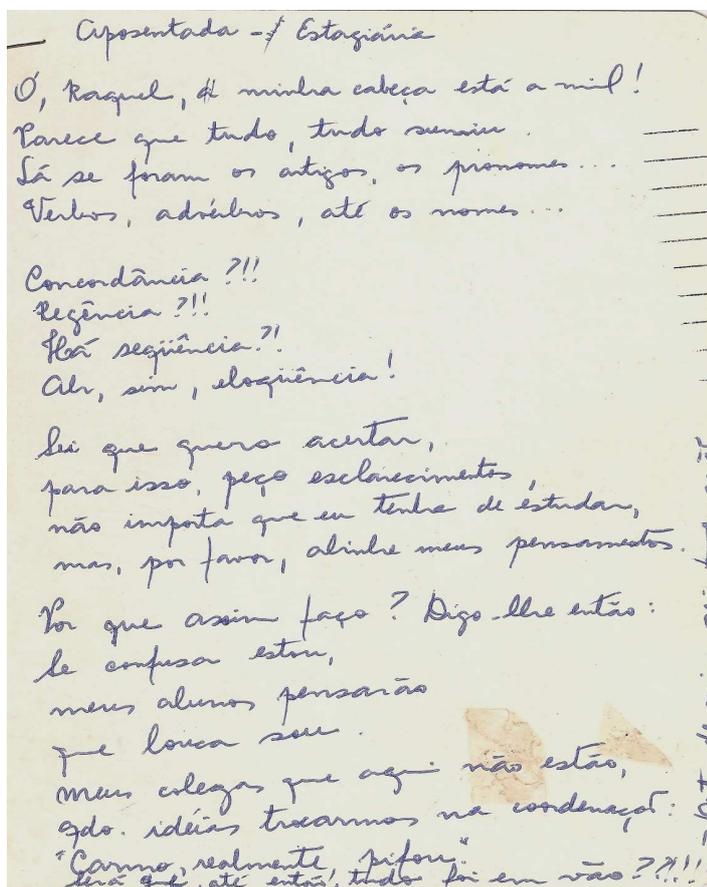
Persistia a falta de segurança e de conhecimento para a prática da análise linguística que considerasse as variedades, o gênero textual, a influência da oralidade na escrita, para a reescrita do texto, sem o exagerado apelo às prescrições gramaticais. Mas, após esse segundo seminário, avaliaram os professores, confirmando o que eu já disse:

Este novo método, que estamos usando está modificando não só a cabeça dos professores, como também e principalmente dos alunos, pois a aula de Português, no que diz respeito à produção de texto e leitura, está cativando o aluno que está sendo atraído para a sala de aula.

A meu ver, é a maneira encontrada para fazer os alunos escreverem [...] visto que nossos alunos gostam pouco de escrever. Podemos chamar esse momento de Recuperação da Escrita.

Os anos de 1986 e 1987 foram de intenso trabalho junto a outros professores na divulgação da proposta. Como participante da equipe de docentes da região, ministrei cursos em inúmeras cidades para partilhar um conhecimento teórico ainda incipiente e a minha prática. A participação cada vez maior da SEED-CETEPAR, por meio do envolvimento ativo de seus funcionários-professores da área, fez com que o projeto atingisse outras regiões. E nós, docentes do Oeste, participamos ou ministramos cursos além de no Oeste e Sudoeste, no Sul, no Norte e no Noroeste do Estado.

Um dos cursos ministrados por mim ocorreu de 21 a 23 de outubro de 1987, em Paranaguá. Nesse encontro, aconteceu um episódio que representa bem o sentimento de muitos professores, no primeiro contato com teorias que vêm de encontro às suas crenças. No final do curso, uma professora, sem me falar nada, entregou-me um texto em verso:



Já no título, a professora se identifica. É uma professora já em fim de carreira, quase aposentada e que, nesse momento, se sente uma iniciante, uma estagiária: “aposentada-estagiária”. Pelo domínio que tem da escrita, pode-se afirmar que domina a gramática da língua e, por isso, também deve ser uma excelente professora de Português. O modo como diz o que diz e os sinais de pontuação refletem o seu espanto diante do que ouviu sobre variedades de linguagem, as críticas ao modo tradicional de se ensinar gramática, à própria gramática, ao livro didático. Eu me identifiquei com ela. Foi assim mesmo que me senti: “tiraram o meu tapete”. Mas o interessante é que o discurso da professora não nos passa o sentido de uma reação contrária ao que apresentamos e discutimos no curso, como aconteceu em Cascavel. Ao contrário, pelo apelo que faz, ela demonstrou confiança em mim, acreditou no que eu disse. O texto mostra a angústia, a confusão, a perplexidade de que somos tomados quando enfrentamos algo que desmistifica o que nos foi (im)posto cultural e historicamente, e isso nos desestrutura. E esse é um estado positivo, pois somente quando nos desestruturamos é que estamos prontos para construir algo novo em seu lugar.

No final de 1986 e início de 1987, o projeto “O texto na sala de aula” já estava disseminado em todo o Paraná. Os professores solicitavam um curso de Especialização em que tivessem a oportunidade de aprofundar os estudos. Apesar de toda essa efervescência estar acontecendo no então chamado Ensino de 1º e 2º Graus, a universidade estava perdendo essa corrida. Apesar de toda pesquisa linguística já publicada, alguns docentes do Ensino Superior relutavam em considerar as novas teorias que apontavam uma nova forma de ensinar e aprender a língua materna – quando não se punham totalmente contra. Esse quadro só mudou, na região, quando professores com estudos atualizados entraram como docentes na Universidade.

Então, em 1987, foi planejado o “Curso de especialização em metodologia e prática de ensino de língua portuguesa”. Esse curso foi promovido pela FECIVEL, ASSOESTE, UNICAMP e foi apoiado pela CAPES e pela SEED-CETEPAR, com a previsão de acontecer de julho de 1987 a fevereiro de 1988 (na verdade foi até julho de 1988). O seu coordenador geral foi o professor João Wanderley Geraldi e, com muito orgulho, fui sua coordenadora executiva.

O objetivo do curso era “formar docentes que coordenam programas e projetos de dinamização e renovação do ensino de Língua Portuguesa no 1º, 2º e 3º Graus na região e no Estado do Paraná”. Esse projeto teve tanta repercussão que tivemos inscritos não só de todas

as regiões do Estado, mas também do Pará. Foi necessário criar formas de seleção dos candidatos. Os critérios foram uma prova (produção de texto), *curriculum vitae*, entrevista e memorial individual (inventário de vida profissional justificando o interesse em fazer o curso), conforme consta no folder. Assim foram aprovados 50 professores, que iniciaram o curso. Foram docentes, além do professor José Kuiava, ex-diretor executivo da ASSOESTE e principal responsável pela presença da UNICAMP no Oeste, os professores da UNICAMP.

Nessa Especialização, tivemos a oportunidade de ler, estudar e debater questões relacionadas à: educação, linguagem e sociedade; linguagem e escola; Linguística; Análise do Discurso; e Literatura Brasileira Contemporânea. A presença era maciça e, se bem me lembro, houve somente uma desistência, de um professor de uma cidade vizinha. As pessoas vinham de longe para ficar, a cada vez, uma semana em Cascavel. Nunca, nunca mais participei de um curso em que as pessoas estivessem tão envolvidas e tão comprometidas.

O acesso às teorias e o contato com os docentes possibilitaram o crescimento de muitos professores. Inúmeros foram aprovados para o Mestrado, inclusive eu, e, hoje, vários são doutores.

Nesse momento, como estava o cenário político no Paraná? No início de maio de 1986, José Richa se afasta do governo para se candidatar ao Senado Federal, para o qual foi eleito. Nesse mesmo ano, Álvaro Dias se elege governador e, como geralmente acontece em nosso país, muda toda a estrutura governamental. Ele não dá continuidade às atividades desenvolvidas com o ensino da língua materna e, ao contrário, como sabemos, na área da Educação, até de violência o seu governo usou para impedir as nossas manifestações.

3 REFLEXÕES FINAIS

Mas, se a mudança política muitas vezes dificulta a caminhada para a mudança, não a impede, pois são as forças e relações contraditórias que produzem o movimento. Aqueles que participaram desse processo no Paraná nunca mais foram os mesmos profissionais. É certo que a mudança provoca angústias, medos, e não é fácil. É muito mais cômodo atuar no cotidiano com aquilo que já está pronto, já está modelado. Construir o próprio caminho é muito mais complicado.

Sei que estou repetindo a imagem, mas quero acreditar que a semente aqui plantada pelo projeto “O texto na sala de aula”, na década de 80, tenha se transformado em uma frondosa árvore, com muitos frutos. Quer dizer, quero acreditar que a região tenha avançado

nas questões que envolvem o ensino de língua materna. Penso que muitos já sabem, mas outros estados do Brasil, como o Tocantins, que me acolheu e me deu a oportunidade de continuar atuando junto aos professores, ainda estão naquela fase em que nós estávamos nos anos oitenta. As perguntas são aquelas que nos fazíamos àquela época. Os PCNs são, ainda, o único material básico teórico para muitos professores orientarem seu fazer pedagógico.

Sei que, por vários motivos, nós, professores, ainda encontramos muitas dificuldades para trabalhar. As propostas metodológicas são novas, mas a estrutura de trabalho é a mesma. Como atender às necessidades individuais com essa quantidade de alunos por sala? Para ficar nisso. Não vou tratar de outros problemas para não ficar repetitiva.

Mas, se o passado se lembra, o futuro se inventa. E essa invenção, apoiada em conhecimentos adquiridos no passado e buscados no presente, deve ser consciente e criativa para que esse futuro traga as realizações de que necessitamos e que queremos efetivadas.

Li, em algum lugar, que “a prática social efetiva é produto invariável da paixão, pois é impossível realizar algo criador, transformador, sem acreditar, sem amar”. E isso é o mínimo que se espera de um professor: que acredite, que ame.